

PROMOÇÃO DA SAÚDE: PARA ONDE? COMO QUEM?

Rosilda Mendes Brasil
rosilda.mendes3@gmail.com

Marco Akerman, Brasil
marco.akerman@gmail.com

Maria Cristina Trousdell Franceschini, Brasil
cris_franceschini@yahoo.com

Revisores: Raul Mercer raulmercer@gmail.com Elisabete Agrela elisabeteagrela1@gmail.com

1. Introdução

No campo da promoção da saúde somos instigados a reexaminar constantemente seu arcabouço teórico-metodológico, suas práticas, seus valores e princípios. Deparamo-nos frequentemente com limites de modelos clássicos de explicação do processo saúde-doença, e que sustentam a prescrição como única escolha possível para o alcance do bem-estar das pessoas, independentemente das suas inserções sócio-histórica e cultural (AKERMAN et al, 2019).

Em direção oposta queremos enfatizar neste artigo que a promoção da saúde pode nos estimular a percorrer trajetórias compartilhadas que produzam, sobretudo, sinergias, desejos de inovação e criatividade. Reconhecemos e valorizamos a diversidade de formatos experiências, projetos, programas, ações e iniciativas de promoção da saúde que buscam potencializar processos de mudança vinculados à construção da autonomia dos sujeitos, à participação, a incessantes movimentos instituintes, à produção da saúde compartilhada e comprometida com a defesa da vida. Compartilhar significa “ter ou tomar parte”, “partilhar com” e, é dessa perspectiva, dessa ideia força, que propomos a pensar em ações, se (re) fazendo permanentemente com o coletivo.

Promoção da saúde: para onde e com quem nos perguntamos. São questionamentos inexoráveis e talvez os primeiros que devam ser feitos. Ao assumirmos a “partilha” como norte significa apostar no trabalho coletivo, que se tomado em um sentido mais amplo, como sugerem Kastrup e Passos (2013), pode ser formulado a partir da constituição de um “*plano comum*” Ao sentido da “partilha” agrega-se o

sentido do “pertencimento”, ambos interconectados e inseparáveis: “*o comum é aquilo que partilhamos e em que tomamos parte, pertencemos, nos engajamos*” (KASTRUP e PASSOS, 2013, p. 267). O sentimento de pertença vem sendo relacionado também à ideia de enraizamento. Ao fazer parte de um projeto, as pessoas se modificam e são por ele modificados (SILVA, 2013).

É preciso ter claro que a constituição de um “*comum*” pode se fazer presente como força-motriz no âmbito da promoção da saúde, desde que não a tomemos como práticas que se limitam a identificar os efeitos nocivos de determinados comportamentos e hábitos, e, assim, atuar sobre os indivíduos mais expostos ao risco, normatizando seus estilos de vida. Prescrições e persecutoriedade acabam por dar às práticas promotoras um sentido instrumental e normativo.

Defendemos que as energias, os recursos, as capacidades e potencialidades de sujeitos e organizações sociais que possam estar dispersas, desarticuladas e em fragmentos sejam capazes de, pouco a pouco, estabelecer articulações e tecer conjunta e coletivamente o *plano comum*. E o comum, antes de ser entendido como “homogeneidade ou abrandamento das diferenças”, traz em sua constituição a diferença (KASTRUP e PASSOS, 2013). Por isso, é tão potente a ideia de “decisão concertada”, que se articulada, diversa e solidária, e que leva em conta as singularidades, as relações de poder, as disputas. Sua potência pode também ser reconhecida ao impulsionar práticas promotoras de saúde, para além dos terrenos já conhecidos, desafiando a produzir constantemente intervenções e construções comuns, que favoreçam o protagonismo dos múltiplos atores.

E o “comum” convocado na promoção da saúde é um conceito eminentemente político, dado sua clara intencionalidade de ampliar a autonomia e o poder dos atores locais e das instâncias locais de gestão; conhecer profundamente as dinâmicas territoriais; estabelecer pactos e parcerias locais; fomentar a participação e a ação intersetorial, incluindo novos atores na gestão; desenvolver métodos e técnicas de trabalho, experimentá-los, revisá-los e modificá-los (MENDES et al, 2016).

Queremos nessas palavras iniciais também enfatizar a perspectiva de trabalhar em rede e com redes- tanto de atores, quanto de instituições e movimentos - o que amplia e potencializa a identificação de questões e problemas do cotidiano coletivo e a produção de estratégias para seu enfrentamento. Nomeamos de “redes sociais

territoriais” (COSTA E MENDES, 2014) as tessituras que podem compor cotidianamente alianças e projetos coletivos. Como ferramentas metodológicas as redes sociais territoriais podem ser capazes de identificar, mobilizar, convidar, pensar dialogicamente na direção da produção do comum.

A experiência da *Rede Intersetorial Guarulhos Cidade que Protege para o Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes* (Rede GCP), do município de Guarulhos, Estado de São Paulo, Brasil pode ajudar a pensar essas dimensões e como os atores diversos têm se conectado para lidar com os problemas locais, sendo protagonistas de práticas mais inclusivas, a fim de produzir impactos na esfera pública e obter conquistas à cidadania. Alguns dados de uma pesquisa realizada a partir desta experiência (FRANCESCHINI, 2019) possibilitaram-nos algumas significativas reflexões.

2. A Rede Intersetorial Guarulhos Cidade que Protege: uma experiência local de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes¹

Guarulhos é um dos 39 municípios que compõem a Grande São Paulo situado a 17 km do centro de São Paulo (capital), a maior metrópole da América Latina. Está localizado na região economicamente mais desenvolvida do Brasil, o Sudeste, sendo a segunda cidade com maior população do Estado de São Paulo e a 13^a mais populosa do Brasil. Segundo estimativas do IBGE (2018), atualmente conta com 1.365.899 habitantes.

A Rede GCP nesta cidade formou-se a partir de um projeto de saúde escolar, o projeto Escola que Protege, que iniciou-se em 2010. Naquele momento o objetivo era compartilhar informações sobre as formas de violência às quais crianças e adolescentes estão submetidos e subsidiar ações práticas de enfrentamento à violência no contexto escolar e social, tendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como referência.

Em 2011, profissionais que haviam participado da formação do projeto Escola que Protege decidiram desenvolver um projeto-piloto no território de Água Chata, na região de Pimentas, dando o pontapé inicial à Rede GCP. O projeto-piloto mobilizou uma estrutura básica de atendimento no território composta por escolas municipais e estaduais,

¹ Dados extraídos de FRANCESCHINI (2019)

Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e Conselho Tutelar e tinha como objetivo (SECEL, 2016):

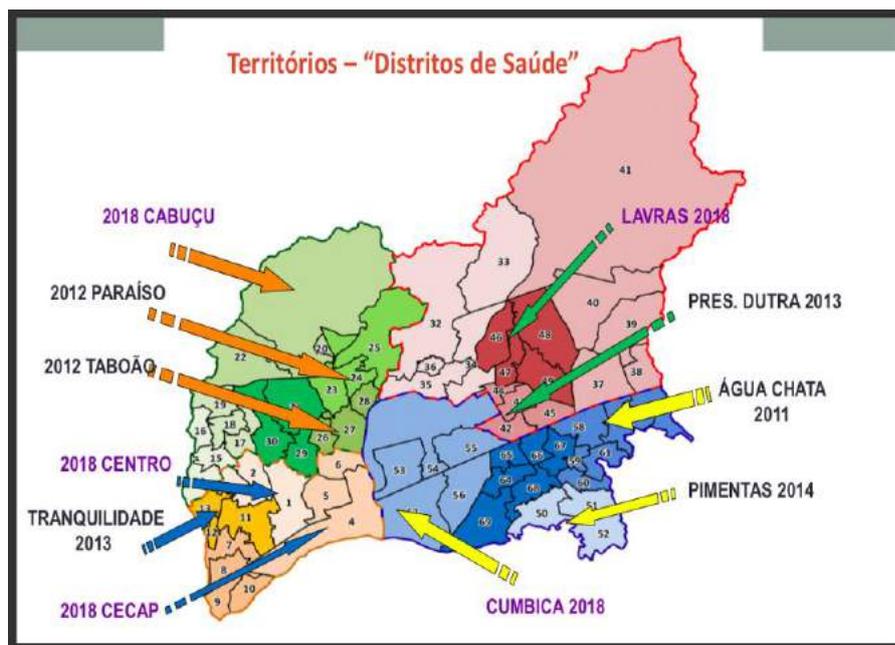
- promover encontros sistemáticos (formativos e de discussão de práticas);
- construir um texto norteador para embasar as discussões;
- socializar Fichas de Notificação da Educação, da Saúde, da Assistência Social e do Conselho Tutelar;
- discutir fluxos de encaminhamento;
- monitorar e avaliar ações.

Nos anos subsequentes, à medida que os esforços desse grupo foram se consolidando, novos atores mobilizaram-se para ampliar a proposta de trabalho para outros territórios. Em 2012, a Rede Intersetorial GCP elaborou sua Carta de Princípios², na qual os integrantes da Rede definem como seu objetivo geral: “refletir, propor e avaliar políticas públicas de efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)”. Em outubro de 2015, o Decreto Municipal nº 32.979 oficializou a Rede e instituiu o Grupo Gestor Intersetorial (GGI). Atualmente, o GGI inclui 22 representantes dos setores de Educação, Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, Segurança Pública, Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Entre 2012 e 2015, distritos de saúde de quatro regiões da cidade organizaram-se como redes locais e integraram-se à Rede Intersetorial (Figura 1). Atualmente, a Rede GCP promove atividades para fortalecer as capacidades locais e a mobilizar atores para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, oferece espaços para a troca de experiências e promove práticas e metodologias de trabalho conjunto para orientar a ação dos integrantes da Rede. Ao longo do ano, realizam-se encontros nos territórios, tendo como objetivos oferecer um espaço formativo, de reflexão e de intercâmbio de experiências, que potencialize ações intersetoriais nos distritos participantes da Rede. A Figura 1 apresenta os distritos e a Figura 2 resume a estrutura da Rede.

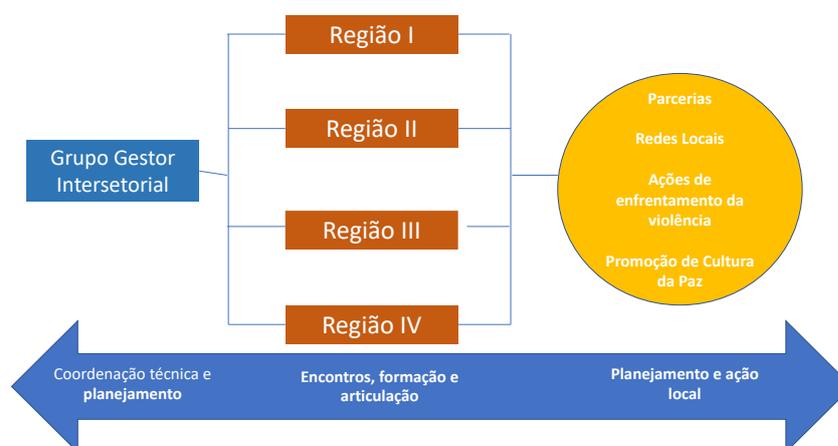
Figura 1. Distritos de Saúde que integram a Rede GCP e ano de adesão

² Grupo Gestor Intersetorial. Carta de Princípios da Rede Intersetorial Guarulhos Cidade que Protege, 2012 (documento interno, não publicado).



Fonte: Secretaria Municipal da Educação, 2019

Figura 2. Estrutura da Rede Guarulhos Cidade que Protege



Fonte: elaboração própria

A Rede Intersetorial Guarulhos Cidade que Protege, como o próprio nome aponta, propõe-se a conformar uma rede que articule atores de distintos setores, a partir de uma lógica territorial. Por meio do Grupo Gestor Intersetorial (GGI), propõe-se a ser uma instância de gestão intersetorial para lograr um objetivo comum: o enfrentamento da violência contra as crianças e os adolescentes no município de Guarulhos. Coloca-se como um espaço mediador entre níveis de gestão – nesse caso, territórios e gestão municipal. A proposta de organizar uma rede intersetorial com base nos territórios implica também uma proposta de fortalecimento da democratização das políticas e de integração de redes de serviços, sociais e comunitárias. Esse processo de atuação mais

decentralizado facilita a integração dos atores a partir da realidade local e gera espaços mais participativos e de decisão, que estejam mais alinhados com as demandas e as necessidades locais.

A configuração dessa iniciativa como rede municipal que agrega diferentes redes locais gera dimensões interessantes para pensar as interfaces entre as demandas dos territórios e a gestão municipal, no contexto de uma ação intersetorial e de formação de redes sociais, intersetoriais e de políticas. É interessante ressaltar que a proposta e a construção da Rede não partiram da gestão municipal, e sim de profissionais e técnicos das secretarias municipais e dos territórios, que se mobilizaram para coordenar estratégias e confrontar a problemática da violência, que é transversal a todos os setores envolvidos.

Os Encontros Territoriais são o principal dispositivo e a grande aposta da Rede GCP para promover a articulação intersetorial entre serviços e atores locais, a partir de uma lógica territorial (SECEL, 2016). Considerando os distritos de Saúde que participam da Rede, convidam-se equipamentos e serviços locais a participar dos encontros. Incluem: UBS, escolas municipais e estaduais, serviços de Assistência Social (CRAS e CREAS) e as unidades de Conselho Tutelar (CT). Outros equipamentos e organizações que se consideram relevantes nos distritos, ou a nível municipal, podem ser identificados (CAPS, ONGs, outros serviços sociais etc.) e convidados a participar dos encontros territoriais.

A proposta dos encontros é criar um espaço para o diálogo, a troca de informações, a formação, a aproximação de atores e serviços e o planejamento coletivo de ações locais para a prevenção e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Desta forma, os encontros territoriais permitem a formação/fortalecimento de redes com representatividade local, que acionam um processo de construção coletiva, aprendizagem e subjetividade conectada com o contexto local e a experiência dos participantes. A percepção dos atores da Rede GCP sobre intersetorialidade e redes concluiu que os encontros territoriais eram, em geral, altamente valorizados (com participação de mais de 90% dos entrevistados na pesquisa) e disparadores de processos e ações locais relacionados a práticas, ações junto à comunidade, reorganização de processos de trabalho e de fortalecimento de relações pessoais e profissionais (**Tabela 1**) (FRANCESCHINI, 2019).

Tabela 1 - Que atividades/ações os integrantes da Rede GCP realizaram ou de quais participaram a partir de articulações geradas nos encontros nos territórios.

ATIVIDADE, AÇÃO, INICIATIVA	%	N
Contato direto com parceiros para facilitar encaminhamento ou dar seguimento (telefone, WhatsApp, e-mail, pessoalmente etc.)	49,06	26
Organização de novos encontros com atores no território (entre encontros da Rede)	32,08	17
Discussão de casos	32,08	17
Palestras ou atividades pontuais (não relacionadas com o Prograna Saúde na Escola (PSE))	30,19	16
Ações de PSE	30,19	16
Reorganização de práticas, fluxos, procedimentos de trabalho em conjunto com parceiros	28,30	15
Trabalho interno com colegas ou chefes (socialização de informação passada nos encontros)	20,75	11
Matriciamentos	15,09	8
Organização de ações da Rede (planejamento de encontros, pauta, articulação com parceiros para encaminhar demandas da Rede etc.)	15,09	8
Organização para apresentação em Seminário Anual de Direitos Humanos	13,21	7

Fonte: elaboração própria.

A pesquisa apontou que, para além de fortalecer redes sociais e comunitárias – a partir da oportunidade de diálogo, sinergias, troca e da valorização da solidariedade, empatia, comunicação, colaboração, entre outros – o trabalho da Rede GCP teria também uma função social ao engajar os profissionais a partir das dimensões éticas do seu trabalho (garantir o bem-estar da criança), e proporcionar a oportunidade para sua formação e aprendizagem:

A gente acredita nessa parceria, até porque é sempre nessa discussão que a gente fala aqui, que anterior à aprendizagem, a gente acredita que a criança tem que estar bem [...] por isso a importância desses encontros e que a gente faz esses estudos de caso que implicam a Saúde, o Conselho Tutelar, para chegar na aprendizagem. A [rede] “Cidade que Protege” tem uma função social importantíssima. (Profissional do Setor Educação, Região I)

Outro resultado das ações da Rede GCP seria melhorar a efetividade dos serviços e da rede e fortalecer a capacidade dos atores para realizarem seu trabalho e sentirem que seus esforços produzem bons resultados:

[A vantagem do encontro] é estar mais próximo dos atores, dos equipamentos. É você conseguir ver o seu trabalho sendo efetivado. Por exemplo, eu consegui um atendimento para uma criança. (Profissional do Setor da Educação, Região IV)

Na mesma pesquisa, o aspecto da articulação entre os atores é destacado como sendo a característica que define a Rede e seu principal propósito ou objetivo. Em geral, isso está relacionado à percepção de que a Rede serve para organizar, dinamizar e/ou fortalecer articulações que já estavam acontecendo no território ou entre os setores, de forma pontual, isolada ou não sistemática. O papel da Rede GCP seria então o de dar forma, impulso, método e legitimidade a essas ações, como apontam as falas a seguir:

[A articulação] ficou forte com o próprio Cidade que Protege. Não que a gente não tinha ações isoladas, a gente tinha, mas com a Rede, a gente aprendeu a articular melhor, e a gente sempre trabalhou com o Conselho, com a UBS, mas a gente não articulava como Rede, vamos dizer assim, ficava solto. Ficou muito mais forte, não existia esse tema “intersectorial”; o título “intersectorial”, então, foi o que fortaleceu. (Profissional do Setor da Educação, Região I)

“Trazer para a rede” a miríade de atividades que já acontecem no território lhes dá legitimidade, força, caráter institucional e reconhecimento. O trabalho deixa de ser um esforço “voluntário” ou “individual” de atores locais e passa a ser parte de um esforço coletivo, organizado, sinérgico, que contribui para um objetivo comum.

Os entrevistados descrevem essa articulação da Rede GCP de diversas formas, não necessariamente relacionando-a com uma dimensão intersectorial, mas com aquilo que a Rede é para eles no dia a dia. Há descrições da Rede como sendo “grupo de profissionais”, “grupo de instituições”, “grupo de trabalho”, “grupo de pessoas que colaboram”, “rede de equipamentos”, “uma grande parceria”, “conjunto de técnicos”, “parceria entre instituições”, “reunião para conhecer o outro”, entre outras. Os atores reconhecem a rede e dão a ela um caráter de identidade grupal.

Por outro lado, apesar da construção da rede e do trabalho intersectorial serem necessidades sentidas no município ainda há barreiras para sua realização. Uma delas seria a falta de valorização de espaços de diálogos e reflexão e o foco em discutir urgências e demandas do dia-a-dia. Também se apontam a falta de respaldo institucional para a participação nas ações da Rede e de autonomia dos atores para tomar decisões no âmbito da Rede GCP. Isso apesar de que a existência da Rede ser bem valorizada pelos profissionais e destacada como “o único” ou “um dos únicos” espaços oferecidos nos

territórios para a articulação entre setores, serviços e profissionais (FRANCESCHINI, 2019). A falta de clareza sobre os papéis e responsabilidades de cada ator, assim como a falta de respostas coordenadas por parte da gestão municipal ao problema da violência, gera o famoso “empurra-empurra” dos problemas entre os atores da Rede. Esses resultados apontam para diversas questões e percepções relacionadas, de certa forma, com uma compreensão falha do alcance da Rede, mas também para uma dificuldade da própria Rede de articular e construir coletivamente as questões a serem trabalhadas em cada nível e por cada setor/segmento participante, o que gera questionamentos por parte dos atores.

Os processos de conhecimento, troca e problematização ativados pela Rede GCP oferecem espaços de compartilhamento de saber e de poder, de construção de novas linguagens, de novas práticas e de novos conceitos. Os quatro principais benefícios da Rede GCP citados na pesquisa estão relacionados a processos de trabalho e ao fortalecimento da prática profissional e de vínculos de confiança (qualificação do trabalho, apoio emocional, olhar integral e conhecimento do próximo). O resultado demonstra uma preocupação em organizar a prática e assegurar as condições para o exercício profissional, de forma a fazer o enfrentamento da violência, por meio da intersetorialidade, mas, principalmente, por meio do fortalecimento de redes pessoais e de relações de confiança. A pesquisa apontou também para uma preocupação dos atores com a dimensão ética do trabalho (“evitar sofrimento”, “cuidar melhor”) e à percepção de que a rede diminuiu o sentimento de isolamento e a fragmentação e, ao mesmo tempo, fomentou a empatia entre os profissionais. A intersetorialidade e as redes teriam então a função de apoiar esses processos e atitudes criando as condições para que os profissionais cumpram seu papel de forma ética e efetiva.

A intersetorialidade e a rede teriam também um papel facilitador, organizador, ordenador e direcionador de questões que intermedeiam a realização dos fluxos e a implementação de estratégias de enfrentamento da violência (e, de forma ampla, a efetivação dos direitos e a efetividade da Rede de Proteção municipal). A pesquisa destacou a percepção dos atores de que a Rede GCP gerava maior comprometimento, facilitando parcerias e fortalecendo o trabalho em rede e seus resultados relacionados a solução de problemas de violência no território:

Nós tínhamos casos aqui que perduravam anos. Insolúveis. Era uma coisa louca. É uma vida tramitada de maneira institucional. Quando a gente começa a interagir nessa intersetorialidade, a gente começa a perceber que vai fluindo; a fluidez da resolução. Por quê? Porque, antes, ficava cada um na sua mesa. Quando começa a fluir entre os setores, acaba essa visão de que não tem mais nada a ser feito. [...] Aí, você não é uma fala solitária. Então a fluidez do trabalho é outra. A gente começa a vislumbrar um pouco mais de assertividade. Dá uma esperança. (Representante do Conselho Tutelar, Região I)

Melhorou no sentido de ter mais confiança na rede, de poder ter mais confiança. Poxa, eu vou poder contar com eles, vai sair, a gente vai conseguir, não só troca de papéis, troca de relatórios, mas é humanizar... a criança parar de ser número, “Processo é tal”... não é “o processo” tal; é a “criança” tal. (Representante do Conselho Tutelar, Região II)

A Rede GCP aportou também na relação entre os diferentes setores, a comunidade, o território. A pesquisa apontou que, a partir da articulação entre os setores, foi possível fomentar novas estratégias e ações para melhorar a relação dos serviços com a comunidade. O seguinte relato é um exemplo disso:

Ela existir [a Rede GCP] é até pioneiro. É muito importante nesse sentido, de dar melhor qualidade no atendimento às famílias. Tem uma família que eu conheço, por exemplo. Aí, a assistente social da UBS conhece. A professora conhece. Então, essa pessoa vai se sentir mais... como posso dizer... abraçada. Acho que ela se sentiria mais apoiada. Acho que é mais acolhida, porque várias pessoas conhecem o problema dela. (Profissional do Setor Assistência Social, Região II)

Relatos como esses sugerem que a intersetorialidade e as redes teriam o potencial de gerar transformações na relação entre os serviços e a comunidade, de fomentar novas relações com o território e a autonomia dos sujeitos que ali vivem.

3. Os aprendizados

Iniciamos este capítulo defendendo a ideia da potência em estabelecer articulações e tecer conjunta e coletivamente um *plano comum* em práticas que promovam cada vez mais saúde. A aposta nesta direção leva-nos a ampliar o sentido da participação coletiva o que nos obriga a enfatizar cada vez mais perguntas “para onde” e “com quem” e incluir em nossas reflexões as implicações políticas e os efeitos das práticas.

A experiência da Rede GCP mostrou-se exemplar nessa direção. Indicou, como vimos, como as noções de intersetorialidade e rede estão intrinsicamente conectadas à

experiência de cada um no seu cotidiano, e seu valor é compreendido com base nos resultados que se observam a partir da sua consolidação. Indicou também que, no nível local, a formação e a consolidação de redes locais era a principal expectativa dos atores da Rede GCP, sendo o “intersetorial” um aspecto das redes, porém não o único e, nem sempre, o mais importante.

O que se destacava mais eram as expectativas relacionadas com valores centrais nas redes: empatia, solidariedade, reciprocidade, confiança, companheirismo, conhecimento e reconhecimento do outro, além de questões relacionadas com fluxos, comunicação, diálogo, apoio e conexões de atores em pontos de atenção. Essa diferenciação mostra que a intersetorialidade e as redes têm características e naturezas distintas e complementares entre níveis de gestão, que devem ser compreendidas e fortalecidas cada qual em seu contexto e em sua potencialidade.

A experiência aqui relatada identificou como as concepções de rede e intersetorialidade estão intrinsecamente relacionadas com o cotidiano dos profissionais e o valor que as ações conjuntas e as redes demonstram ter na solução dos problemas que afetam os territórios, as famílias, os equipamentos e as instituições participantes. Ressaltou-se como, nos territórios, a noção de rede faz-se muito mais forte que a de intersetorialidade: o que os profissionais buscam são formas de dar respostas e encontrar soluções para as mazelas que afligem as famílias e os territórios onde eles atuam. Os sentidos do trabalho em rede, o reconhecimento da necessidade do outro e os valores correspondentes são o que dão liga aos atores, nesse nível.

Queremos, por fim, sinalizar que os processos constitutivos da ação de redes envolvem, sobretudo, a ideia de atores protagonistas, geradores de conhecimento, de práticas socialmente relevantes. São atores que se transformam em sujeitos políticos ao criarem e articularem-se em amplos conjuntos sociopolíticos. E como sujeitos políticos, são parte integrante da vida democrática.

Envio aqui os 3 pontos que proponho como resposta ao comentário do Raul. O último eu tirei uma frase da própria conclusão e detalhei um pouco mais ("A intersetorialidade e as redes são comumente destacadas como intrinsecamente relacionadas.."). Então, lembre de tirar essa frase do texto da conclusão para não ficar repetitivo.

Com relação ao tema desse artigo e a experiência de Guarulhos, podemos destacar:

- a importância de valorizar espaços de encontros que permitam reflexão e construção de respostas coletivas por parte dos atores locais (e não se resumam a cobranças e resolução de demandas urgentes ou pontuais). Para que a potência desses espaços seja aproveitada, é necessário que se considere questões como autonomia, governabilidade e conexão entre níveis de gestão para que as propostas que surjam possam contribuir para políticas públicas mais efetivas e adequadas aos contextos locais;

- Ações em rede e intersetoriais baseadas em problemas, como é o caso da Rede GCP que se organiza para o enfrentamento da violência devem partir de um diagnóstico e análise local de atores e ações que se relacionam a este problema, para assim considerar em na conformação da rede os atores que podem contribuir mais efetivamente e o olhar mais próximo da realidade local

- A intersectorialidade e as redes são comumente destacadas como intrinsicamente relacionadas (e muitas vezes colocadas como sendo consequências uma da outra), porém ambas têm características e naturezas distintas que podem ou não se sobrepor ou serem complementares entre grupos e níveis de gestão. São movimentos e que devem ser compree

Referências

Akerman M, Mendes R, Andrade DR, Sacardo DP, Fernandez JCA, Programa Academia da Saúde: Para seguir adiante In: Andrade DR, Mendes R, Moraes MA (org). *Programa Academia da Saúde no Estado de São Paulo : diálogos com a Promoção da Saúde* [recurso eletrônico] 2019. Florianópolis: Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde; 2019. p. 144- 158.

Costa SL, Mendes R. *Redes Sociais Territoriais*. São Paulo: Editora UNIFESP; 2014.

Franceschini MCT. *A construção da intersectorialidade: o caso da Rede Intersetorial Guarulhos Cidade que Protege*. 2019. Tese - Faculdade de Saúde Pública da USP.

São Paulo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.6.2019.tde-09092019-093125>

Kastrup V, Passos E. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal, Rev. Psicol.* 2013; 25(2): 263-280.

Mendes R, Fernandez JCA, Sacardo DP. Promoção da saúde e participação: abordagens e indagações. *Saúde Debate* 2016; 40(108): 190-203.

SECEL – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Guarulhos. **Ponto a ponto**: a trajetória de articulação da Rede Intersetorial “Guarulhos: Cidade que Protege” no enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes. 2016. Prefeitura de Guarulhos. Disponível em: https://www.guarulhos.sp.gov.br/sites/default/files/ppp_inclusiva_rede_intersetorial_guarulhos_cidade_protege.pdf. Acesso em: 21 maio 2019

Silva MN. Identidade, pertencimento e sociabilidade no espaço urbano: observações sobre a percepção dos usuários do bairro Cidade Baixa em Porto Alegre, *Iluminuras* 2013; 14(34): 194-210.